



Nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), a fiscalização prévia, a cargo da 1ª Secção e das Secções Regionais do Tribunal de Contas, aprecia a legalidade financeira dos atos, contratos e outros instrumentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras, antes de as mesmas serem realizadas.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Durante o mês de setembro de 2022 foram visados expressamente 157 atos e contratos submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas (Sede e Secções Regionais dos Açores e da Madeira), representando dois mil milhões de euros.

No mesmo período houve uma recusa de visto, no montante de quase três milhões de euros.

DECISÕES DA FISCALIZAÇÃO PRÉVIA NO MÊS DE SETEMBRO

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	74	38,95	1 942 553 421,41	92,84
Visto com Recomendações	52	27,37	102 131 192,47	4,88
Declaração de Conformidade Homologada	31	16,32	44 076 137,06	2,11
Recusa de Visto	1	0,53	2 730 299,80	0,13
Outras extinções da instância (*)	32	16,84	778 150,00	0,04
TOTAL DE DECISÕES	190	100	2 092 269 200,74	100

(*) Inclui devolvidos não sujeitos a visto, extinção da instância por deserção, indeferimento liminar, cancelados por desistência e outros cancelamentos

TOTAL ACUMULADO NO ANO DE 2022

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	597	35,94	4 069 776 318,80	73,43
Visto com Recomendações	510	30,70	1 239 488 171,41	22,36
Declaração de Conformidade Homologada ^(a)	171	10,30	163 550 668,28	2,95
Recusa de Visto	18	1,08	46 750 173,77	0,84
Outras extinções da instância (*)	365	21,97	23 201 034,73	0,42
TOTAL DE DECISÕES	1661	100	5 542 766 366,99	100

^(a) inclui um processo que, apesar de homologado ainda em agosto, não havia sido considerado na lista relativa a esse mês.

Ligações úteis

- Acórdãos de recusa de visto e outras Decisões em processos de fiscalização prévia
- Sínteses de jurisprudência da 1.ª Secção, por assunto e por tipo de decisão